



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2013

VALOR ECONÔMICO Confiança da indústria cresce no ritmo mais lento dos últimos 20 anos 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma chama de ajuste o que é reforma ministerial 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Indústria do país perde US\$ 14 bi em exportações 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Sem competitividade - Indústria do país perde US\$ 14 bi em exportações 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE PMDB pede "calma" 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE À espera do 11º ministro 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
HOJE EM DIA Reitor da UFMG está cotado para integrar equipe de Dilma Rousseff 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
JB ONLINE Bom desempenho da economia no Equador favorece reeleição de Correa 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Sistema tributário do Brasil acentua desigualdade social, diz estudo do BID 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Confiança da indústria cresce no ritmo mais lento dos últimos 20 anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Tainara Machado | De São Paulo

O atual ciclo de retomada da confiança dos empresários do setor industrial é o mais lento nos últimos 20 anos, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) compilados pelo Itaú Unibanco. Entre novembro de 2011 - quando o índice parou de cair após 11 recuos seguidos - e janeiro deste ano, o Índice de Confiança da Indústria teve alta de apenas 5,16%.

Em 2009, após a brusca queda em função da crise financeira global, o indicador acumulava alta de 53%, passados 15 meses desde o início da recuperação da confiança do setor. Mesmo depois da crise de 1998, e da maxidesvalorização do real no ano seguinte, a confiança dos empresários avançou 31% nos 15 meses começados em dezembro de 1998.

Para analistas, a atual retomada contrasta com ciclos anteriores, por causa do delicado contexto internacional. A segunda fase da crise global acentuou a perspectiva de que as economias maduras terão baixo crescimento por um longo período de tempo, enquanto emergentes, como a China e a Índia, também perderam força, com impacto direto sobre o Brasil. Ao mesmo tempo, a perda de confiança foi menos intensa do que na fase mais aguda da crise de 2009, por exemplo, o que também ajuda a explicar a lentidão da retomada.

No front doméstico, a rápida recuperação da recessão em 2009 levou empresários a apostar em ritmo ainda forte da economia nos trimestres posteriores, com aumento da **produção** e dos investimentos. O esfriamento da economia internacional, no entanto, frustrou as previsões e houve forte acúmulo de estoques. Hoje, afirmam os economistas, os empresários estão mais cautelosos na formação das expectativas, cenário agravado pela lentidão com que a economia está ganhando força.

Para Aurélio Bicalho, do Itaú, na atual fase da crise, o elevado e inusual nível de incerteza no ambiente externo dificulta as projeções de aumento da demanda futura, o que inibe tanto aumento da confiança quanto a retomada do investimento, que costumam estar ligados. "Nos ciclos de retomada, primeiro a confiança sobe, a atividade então

reage de forma mais intensa e o uso da capacidade instalada aumenta, o que leva à ampliação dos investimentos", diz.

Atualmente, esse ciclo continua válido, mas está ocorrendo de forma muito mais gradual, porque a economia global ainda atravessa uma fase difícil e a reação aos estímulos concedidos pelo governo brasileiro para animar a economia doméstica está ocorrendo mais devagar do que o imaginado. "A confiança aumentou, mas a economia não mostrou reação na velocidade esperada, e aí os empresários sentiram o baque", afirma Bicalho.

Pouco confiantes em relação ao ritmo de crescimento, o "espírito animal" do setor industrial, principal responsável pelos investimentos, se retrai, o que explica os cinco trimestres consecutivos de queda da formação bruta de capital fixo (investimentos em máquinas e equipamentos e na construção civil) até setembro, afirma Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil.

Para Leal, a lenta recuperação da confiança também está bastante relacionada ao ciclo imediatamente anterior, quando o índice de confiança do setor industrial subiu 53% em 15 meses desde fevereiro de 2009.

"Com a retomada rápida ao longo do ano seguinte, tanto aqui quanto no resto do mundo, tivemos a impressão de que os problemas estavam todos resolvidos, e que a recuperação aconteceria na forma de V, com forte retomada", afirma o economista do ABC Brasil. No entanto, a crise da dívida soberana na Europa jogou de novo o mundo em crise e a recuperação mostrou-se mais parecida com um W - após rápida recuperação, a economia volta a se retrair.

"Todos se prepararam para recuperar os níveis pré-crise, mas tivemos uma dupla recessão e isso pegou os empresários de surpresa", afirma Leal. Com investimentos em marcha e **produção** alta, a indústria virou de 2011 para 2012 com estoques elevados. A cautela em alta e dificuldade de antecipar os próximos movimentos da economia travam os investimentos, afirma ele, mas algumas das condições para a recuperação do investimento, como redução de juros e perspectiva de aumento dos gastos públicos com obras de infraestrutura, por exemplo, já estão dadas.

Aloísio Campelo, coordenador da Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da FGV, atribuiu a depressão do ânimo dos empresários também à competição externa, que, mesmo com a desvalorização do real, continua a roubar **mercado** de produtos brasileiros e abalar expectativas.

Campelo avalia que ainda não há sinalização clara em relação à continuidade do crescimento nos próximos meses,

mas as perspectivas são um pouco melhores, já que alguns indicadores estão evoluindo, como o nível de utilização da capacidade instalada. A indústria, no entanto, começa 2013 em ritmo que não é forte, o que ainda coloca um freio na retirada de projetos da gaveta.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma chama de ajuste o que é reforma ministerial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Raymundo Costa

A presidente Dilma Rousseff tem horror à expressão "reforma ministerial". Quando pode, tenta descaracterizá-la, chamando-a de ajuste. É esse o pano de fundo da declaração da ministra Helena Chagas (Comunicação de Governo), feita em visita ao comitê de imprensa do Palácio do Planalto, de que a presidente não pensa em reforma.

A presidente pode até chamar de ajuste ou ajuste pontual as mudanças que está negociando no governo, mas na realidade trata-se de uma reforma. Nem que ela seja feita aos pedaços, como aconteceu em seu primeiro ano de mandato. Ou que ela tire apenas um ministro, como aconteceu com a saída de Antonio Palocci do governo, em 2010.

A saída de Palocci representou uma grande mudança no governo Dilma Rousseff, tanto em termos de política econômica como de coordenação política.

Os ajustes em estudo, no momento, começam a cheirar a reforma. A presidente tem o compromisso de ampliar o espaço do PMDB. Se o partido voltar ao Ministério dos Transportes, como gostaria e é especulado, o ajuste já poderá ser chamado de reforma. Mais ainda, de "reforma da reeleição", sobretudo se o Ministério for para alguém do PMDB mineiro.

Dilma está pensando na reeleição quando acolhe o PSD de Gilberto Kassab no governo. O partido deve levar o Ministério das Micro e Pequenas Empresas, em fase de criação, e - talvez - a Secretaria Nacional de Aviação Civil, que não consegue desatar o nó dos aeroportos brasileiros. Isso será reforma. Do Ministério, talvez dos aeroportos.

A presidente também quer ter uma conversa de comandante para "comandante" com o ministro do Trabalho, Brizola Neto, que não comanda nada no PDT, até hoje controlado pelo ex-ministro Carlos Lupi.

Logo o PDT, em cujos quadros a presidente militou, namora a eventual candidatura presidencial do governador de Pernambuco e dono do PSB, Eduardo Campos. E em São Paulo abriga Paulinho da Força, que não faz outra coisa a não ser bater em seu governo.

Fatiada ou não, a mudança preparada por Dilma está mais para reforma em várias rodadas, como aconteceu no primeiro mandato, do que a um mero ajuste. Aliás, ajustes devem ocorrer bem mais adiante, com a definição de candidaturas presidenciais. Ajuste de contas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria do país perde US\$ 14 bi em <u>exportações</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SEM COMPETITIVIDADE

Com menos investimentos, fatia do setor nas vendas externas cai de 71% para 61%

Desde o início da crise de 2008, Brasil reduziu parcela destinada a países como EUA, México e Argentina. China, Peru e Colômbia ocuparam espaço

A apatia da indústria pode fazer com que o Brasil perca a chance de avançar no mercado mundial, no momento em que os emergentes devem tomar a liderança nas vendas

externas. Da crise de 2008 até 2011, a falta de competitividade custou US\$ 14 bilhões ao país, equivalente à fatia que a indústria perdeu nos principais destinos das suas exportações. Até o ano passado, a participação do setor tinha recuado de 71% para 61% do total vendido. Isso é, em boa parte, resultado de uma taxa de investimento baixa, de 18,9% do PIB, a menor entre as nações dos Brics.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Sem competitividade - Indústria do país perde US\$ 14 bi em exportações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com menos investimentos, fatia do setor nas vendas externas cai de 71% para 61%

Desde o início da crise de 2008, Brasil reduziu parcela destinada a países como EUA, México e Argentina. China, Peru e Colômbia ocuparam espaço

A apatia da indústria pode fazer com que o Brasil perca a chance de avançar no mercado mundial, no momento em que os emergentes devem tomar a liderança nas vendas externas. Da crise de 2008 até 2011, a falta de competitividade custou US\$ 14 bilhões ao país, equivalente à fatia que a indústria perdeu nos principais destinos das suas exportações. Até o ano passado, a participação do setor tinha recuado de 71% para 61% do total vendido. Isso é, em boa parte, resultado de uma taxa de investimento baixa, de 18,9% do PIB, a menor entre as nações dos Brics.

Mercado perdido

Setor industrial reduziu participação nas exportações, com perdas de US\$ 14 bi. Falta investimento

-BRASÍLIA- O ano de 2013 será crucial para o posicionamento dos países no xadrez do comércio mundial. Os emergentes devem tomar a liderança nas vendas, enquanto a crise assola as nações desenvolvidas. Nessa arrancada, o Brasil pode estar fadado a continuar um grande vendedor de commodities (produtos básicos com cotação global, como soja, minério de ferro e petróleo), já que a apatia da indústria faz o país perder cada vez mais espaço em destinos prioritários. Desde o início das turbulências, em 2008, até 2011, a falta de agressividade do setor custou US\$ 14 bilhões ao país, segundo levantamento feito pelo GLOBO. O montante equivale à fatia do mercado de exportações perdida nesse período nos principais destinos.

O dado não leva em conta 2012, porque as estatísticas dos outros países ainda não foram fechadas. Por aqui, o total das vendas externas caiu, bem como as exportações do setor industrial. E o cenário tende a piorar neste momento decisivo já que, apesar de ser a sétima maior economia do mundo, o Brasil está em 112º lugar no ranking de investimentos feito pela Agência de Inteligência Americana (CIA). É o pior colocado dos Brics — sigla para o grupo de emergentes

formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Já entre os sul-americanos, só está à frente do Paraguai. O Brasil investe 18,9% do Produto Interno Bruto.

Com falta de investimentos e, conseqüentemente, queda de competitividade, o Brasil tem diminuído sua participação no comércio mundial.

Nos anos de 1950, chegou a absorver 2,2% dos gastos globais. Hoje, tem cerca de 1% na projeção dos especialistas para 2012.

A participação da indústria despenca na pauta de exportações. Antes da crise, os produtos do setor representavam 71% do que o país vendia para fora. Agora está em 61%. O peso da indústria de transformação nos dez principais mercados passou de 54%, em 2008, para 52,5% no ano passado.

PERDAS PARA CHINA E PERU

Somente para os Estados Unidos, o grande parceiro comercial, o Brasil abriu mão de vendas que chegariam a US\$ 3,6 bilhões. Esse seria o faturamento, se o país tivesse mantido a sua participação nesse mercado. Já na Argentina, que compra basicamente produto industrializado, a perda equivale a US\$ 1,3 bilhão.

Com a indústria paralisada, as exportações do setor caíram 3,6% só no ano passado. A China vem ocupando o espaço brasileiro. Na América Latina, as vendas brasileiras têm perdido terreno para produtos peruanos e colombianos. O Peru investe 25,4% do PIB e a Colômbia, 24,1% do PIB. Além de investir aquém do necessário para impulsionar as exportações, o Brasil vê o empresariado se voltar para o mercado interno. O país já teve 30 mil em-

presas exportadoras, e esse número caiu para 18 mil. Resultado: o embaraçoso 24º lugar na lista de economias que mais exportam.

Enquanto isso, no mundo inteiro, o comércio internacional de bens mostrou mais vigor ao em 2012: cresceu 2,1% nos três primeiros trimestres, segundo dados compilados pelo Banco Central. É um ritmo menor que a média de 6% dos últimos anos, mas é o início de uma retomada após a crise.

— Esse era o momento de recuperar o **mercado** perdido, mas falta agressividade — concluiu o diretor do departamento de **comércio** exterior da Fiesp, Roberto Gianetti da Fonseca.— Estaiijos pagando o preço de anos de negligência ôom a nossa competitividade.

ACORDO ENTRE EUA E UE AMEAÇA

Em alguns **mercados**, o **Brasil** aumentou sua participação. É o caso de Canadá, China, Cingapura e Holanda. Juntos, esses avanços somam ganhos de US\$ 2,8 bilhões. No balanço geral das **exportações**, incluindo as commodities, como o país diversificou os destinos, os analistas preveem estabilidade na participação ver-de-amarela no **comércio** mundial, em torno de. 1%.

Para suprir lacunas **importantes** da competitividade, como impostos excessivos, falta de infraestrutura para o escoamento da **produção** e burocracia que encarece o produto, a indústria espera um **dólar** bem mais valorizado em relação ao patamar atual. Uma cotação de R\$ 2,30 agradaria 80% do setor. Já R\$ 2,40 seria a alegria geral.

— O **dólar** poderia ser o que fosse, se a gente fosse competitivo nas outras áreas e não tivesse todo esse custo **Brasil** — afirmou o presidente da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB), José Augusto de Castro.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o risco de ficar para trás num momento como esse tem um agravante: o acordo que é negociado entre Estados Unidos e União Européia. Esses são os dois maiores **mercados** dos produtos industrializados do Brasil. Se os gigantes econômicos chegarem a um entendimento nos próximos dois anos, ditarão o futuro de pelo menos um terço do **comércio** mundial.

— É uma ameaça (à indústria brasileira), e se esse acordo vingar vai ficar muito mais difícil **exportar** — previu a geren-te-executiva de negociações internacionais da CNI, Soraya Rosar: — O **Mercosul** já não é mais solução para o problema da **exportação** brasileira. •

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO PMDB pede "calma"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Partido espera que Dilma só anuncie mudanças ministeriais após a convenção da legenda. Ideia é evitar que encontro sirva de palanque para os insatisfeitos com o Planalto

PAULO DE TARSO LYRA

Os ministros da Educação, Aloizio Mercadante e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**entel, uniram esforços para garantir espaço ao PMDB de Minas Gerais na Esplanada, o que, por tabela, diminui ainda mais as chances de o peemedebista Gabriel Chalita tornar-se efetivamente ministro na minirreforma ministerial. Os petistas têm interesses distintos na parceria: Mercadante não quer o PMDB paulista forte, o que pode atrapalhar seus planos na disputa pelo governo estadual em 2014. Já **PIM**entel paga a fatura com os peemedebistas mineiros pelo apoio a Patrus Ananias na disputa pela prefeitura de Belo Horizonte no ano passado, e abre as portas para uma nova aliança no ano que vem.

Com isso, Chalita, que já foi considerado nome forte para assumir o **Ministério** da Ciência e Tecnologia, passa a ver cada vez mais distantes as chances de ser auxiliar da presidente Dilma Rousseff no **Governo Federal**. Mas o PMDB continua inseguro do que pensa Dilma, pois, oficialmente, jamais foi chamado pela presidente para uma conversa sobre reforma ministerial.

Por isso, interlocutores da legenda fizeram chegar ao gabinete presidencial um pedido: esperar a convenção nacional do PMDB, em 2 de março, para definir o destino da sigla no governo. Até o momento, não estão previstas surpresas no encontro partidário: Michel Temer deve ser reconduzido à presidência do PMDB, permanecendo o partido sob o comando interino do senador Valdir Raupp (RO).

Mas, como a legenda não saberá quais alas serão contempladas pela presidente, a avaliação é de que é melhor a definição após o encontro partidário, "para evitar discursos inflamados e lamúrias contra o tratamento dado pelo governo ao PMDB", disse um interlocutor da legenda.

O partido acompanha com atenção os movimentos de Mercadante e de **PIM**entel. No caso de Minas, o raciocínio

político é cristalino. O PT precisa puxar o PMDB para perto de si, já que o provável candidato da oposição é o senador Aécio Neves (PSDB-MG). O Planalto admite que o poder de persuasão do senador mineiro garantirá um amplo leque de alianças no estado na disputa presidencial do ano que vem. O próprio PMDB de Minas andou reclamando que, se não fosse contemplado, poderia marchar ao lado do PSDB.

Além disso, há outro argumento: o PMDB mineiro reclama que tem uma bancada com seis deputados para votar com o governo, mas não emplcou nenhum ministro. Já o PMDB do Maranhão, com quatro deputados, tem duas vagas na Esplanada - Gastão Vieira, no Turismo, e Edison Lobão, nas Minas e Energia.

Cenários

O caso de Mercadante com o PMDB de São Paulo é diferente. O partido de Michel Temer não gostou nada da intromissão do ministro da Educação na possível indicação de Chalita para o **Ministério** da Ciência e Tecnologia. Além de se incomodar com o fato de o titular da Educação querer manter o controle sobre a antiga pasta - o ministro Marco Antonio Raupp não promoveu mudanças na equipe indicada pelo antecessor -, os peemedebistas lembram que gestos abruptos poderão dificultar uma aliança para o governo de São Paulo no ano que vem.

O partido poderia sentir-se no direito de lançar candidatura própria, como fez na eleição para a prefeitura paulistana em 2012. Nesse caso, contudo, não é certo que Chalita seria o candidato natural. Tudo dependeria dos rumos e das articulações pensados por Temer.

O PMDB também **monitorou** as conversas que a presidente teve na semana retrasada com o PR. Chegaram às hostes peemedebistas uma intenção da presidente em convidar o senador Blairo Maggi (PR-MT) para assumir o **Ministério** da Agricultura. Dilma estaria preocupada com o estado de saúde de Mendes Ribeiro, que trata um câncer no cérebro, além de ter detectado problemas de gestão na pasta. Como as conversas não evoluíram - nem mesmo o PR apoia Maggi para ser o representante do partido na Esplanada - os peemedebistas veem na pasta uma janela de oportunidade.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO À espera do 11º ministro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Desde a saída de Ayres Britto, em novembro, o STF está com a composição incompleta. Levantamento do Correio aponta que, nos últimos 30 meses, a Corte passou 14 desfalcada de pelo menos um dos titulares

DIEGO ABREU

A demora para a indicação do substituto do ministro Carlos Ayres Britto para o Supremo Tribunal Federal (STF) vem incomodando não só integrantes da Corte, mas também entidades representantes da magistratura e advogados. Britto se aposentou compulsoriamente, ao completar 70 anos, em novembro passado. Três meses se passaram e, até agora, a presidente Dilma Rousseff nem sequer esboçou alguma iniciativa de indicar um jurista para o cargo. Interlocutores do Palácio do Planalto falam que a escolha deverá ser feita em março. A avaliação no meio jurídico, porém, é de que a demora é injustificável, pois acarreta prejuízos para os trabalhos do Supremo. Uma das soluções, na avaliação da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), seria estabelecer um prazo para que as nomeações sejam feitas.

Para o ministro do STF Marco Aurélio Mello, Dilma deveria ter repetido a rapidez que teve em relação à nomeação de Teori Zavascki, que, menos de um mês depois da aposentadoria de Cezar Peluso, foi escolhido pela presidente para integrar o tribunal. “A nomeação do Teori foi exemplar em termos de rapidez, mas essa demora em relação à vaga de Ayres Britto é péssima. Primeiro, porque sobrecarga o serviço dos ministros e, segundo, porque o colegiado é composto de 11, e não de 10 integrantes. Com um número par, cada ministro recebe mais processos e há o risco de empates nos julgamentos”, frisou Marco Aurélio.

O presidente da Ajufe, Nino Toldo, concorda que a ausência do 11º ministro prejudica o tribunal. Ele defende uma modificação no sistema, de forma que seja incluído na Constituição um prazo para que o presidente da República faça a indicação a partir do momento em que uma cadeira de ministro fica vazia. “A demora é ruim porque, em se tratando de um cargo público, não pode haver um prazo grande entre a vacância e a posse. O caminho seria que a Constituição estabelecesse um prazo para a indicação e também para que o Senado sabatinasse o escolhido e a posse fosse realizada”,

sugeriu Nino Toldo. Segundo ele, um prazo de 30 dias seria razoável. O ministro Marco Aurélio, por sua vez, avalia que a demora não justifica uma reforma imediata. “Penso que a presidente tem realmente noção da problemática e vai indicar logo. Precisamos acreditar nas instituições.”

Ausências

O Correio calculou que, nos últimos 30 meses, a Corte ficou 14 sem pelo menos um ministro em plenário. Em agosto de 2010, depois da aposentadoria de Eros Grau, foram sete meses com uma cadeira vazia. O substituto, Luiz Fux, foi indicado somente em fevereiro do ano seguinte, tomando posse um mês depois. Já quando Ellen Gracie se aposentou, em agosto de 2011, a Corte teve de aguardar mais de quatro meses até a chegada de Rosa Weber, em 19 de dezembro daquele ano. Ela foi indicada por Dilma exatos três meses depois da aposentadoria de Ellen.

A indicação mais rápida foi a de Teori Zavascki, escolhido para o STF em 10 de setembro do ano passado, pouco mais de um mês depois da aposentadoria de Cezar Peluso. A posse, porém, ocorreu somente no fim de novembro, pois houve demora na sabatina realizada pelo Senado. Durante esse período de ausências, diante da composição de 10 ministros, houve empates que colocaram a Corte em situações complicadas, como no caso da Lei da Ficha Limpa e no julgamento do mensalão.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, lamenta a demora para a chegada do futuro integrante da Suprema Corte. “Esperamos que a presidente da República, o mais rapidamente possível, faça a escolha. Afinal, a falta de um ministro significa quase 10% da Corte”, destacou. Ele, no entanto, não vê com bons olhos a fixação de um prazo. “Em uma democracia, há certas situações em que não há como se impor, porque o ideal é que a escolha seja bem-feita. Ou seja, se tivermos que optar entre uma escolha apressada e uma bem-feita, é preferível a bem-feita”, completou.

“A demora é ruim porque, em se tratando de um cargo público, não pode haver um prazo grande entre a vacância e a posse. O caminho seria que a Constituição estabelecesse um

prazo para a indicação e também para que o Senado sabatinasse o escolhido e a posse fosse realizada”

Nino Toldo, presidente da Ajufe

Memória

Aposentadorias compulsórias

Considerado o maior processo da história da Justiça brasileira, o julgamento do mensalão começou em agosto do ano passado com 11 ministros, mas, ao fim, apenas nove magistrados participaram da conclusão dos trabalhos. O primeiro a se aposentar durante o julgamento foi Cezar Peluso, que deixou a Corte no começo de setembro. Na época, houve muita especulação de que ele adiantaria o voto relativo ao processo antes da aposentadoria. Mas, como o regimento prevê que relator e o revisor leiam seus posicionamentos antes dos colegas, Peluso saiu do Supremo julgando apenas parte do processo. Ele condenou, entre outros, o ex-presidente da Câmara e atual deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) e o empresário Marcos Valério por corrupção.

A presidente Dilma Rousseff indicou o sucessor de Peluso, Teori Zavascki, pouco mais de uma semana depois da aposentadoria de Peluso. A escolha rápida gerou muita expectativa de que Zavascki chegasse à Corte ainda durante

o mensalão. Mas, com o atraso da sabatina no Senado, ele só tomou posse quando o julgamento da Ação Penal 470 já estava praticamente no fim. Poucas semanas antes, o então presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, havia se aposentado, por completar 70 anos. Ele deixou o STF antes da conclusão da chamada dosimetria, que é a definição das penas de cada réu. Assim como Peluso, preferiu não adiantar posicionamento sobre o polêmico caso.

Além de presidir a Corte durante todo o processo, Ayres Britto teve um papel **importante** no mensalão, especialmente para apaziguar as rugas entre o relator da ação, Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Lewandowski. Os bate-bocas entre os dois ministros foram frequentes no plenário do STF durante o julgamento. “O presidente tem que manter a taxa de cordialidade alta para que o processo flua”, explicou Britto, quando se aposentou. Dos 37 réus do processo, 25 foram condenados e 12, absolvidos. A maior pena foi a de Marcos Valério: 40 anos de cadeia.

	VEÍCULO HOJE EM DIA	EDITORIA	
	TÍTULO Reitor da UFMG está cotado para integrar equipe de Dilma Rousseff		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Renato Cobucci Clélio Campolina é o nome que mais agrada a presidente Dilma para a Ciência e Tecnologia

O reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Clélio Campolina, pode ser escolhido pela presidente Dilma Rousseff (PT) para comandar o **Ministério** da Ciência e Tecnologia. Sem filiação partidária, de perfil técnico e ligado à educação, seria o nome que mais agrada a presidente para ocupar uma pasta na Esplanada dos **Ministérios**. Foi o que confirmaram várias fontes envolvidas nas negociações.

Campolina enfrenta, porém, um concorrente ministerial. O atual presidente estadual do PSD, Paulo Safady, corre por fora na disputa. A presidente teria optado por aumentar de um para dois o número de pastas comandadas por mineiros.

Bancada

Por enquanto, apenas o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel (PT), representa o Estado. A bancada de parlamentares reivindica a extensão da influência mineira. Três partidos iniciaram a disputa: PT, PMDB e PSD. Pelos petistas, o nome levantado foi o do ex-ministro Patrus Ananias.

Os peemedebistas levaram um nome de perfil técnico e o PSD indicou Paulo Safady.

Quadros

No entanto, Dilma teria alertado que o espaço petista ministerial já está de bom tamanho. Bem como o do PMDB,

que ainda tenta emplacar quadros de outros estados em algumas pastas.

Pelo apoio do PSD de Gilberto Kassab, a presidente avalia a hipótese de integrar na equipe o presidente estadual do PSD. A petista nutre simpatia por Safady, oriundo do setor empresarial.

Mas teria lhe agradado mais a possibilidade de escolher um nome sem filiação partidária e ligado à educação. Campolina é amigo de Patrus Ananias e de petistas históricos, como Heloísa Starling - o que acalmaria, a princípio, o PT.

O **Ministério** de Ciência e Tecnologia ainda seria uma estratégia para afastar a pasta do deputado federal Gabriel Chalita (PMDB-SP).

Resistências

Os peemedebistas reivindicaram o cargo pela ajuda dada por Chalita na eleição de Fernando Haddad, no passado, para prefeito de São Paulo. No entanto, a presidente teria resistências ao nome por considerá-lo ligado a setores da igreja católica tidos como radicais. O temor é o de que os valores acabem por interferir em pesquisas científicas.

	VEÍCULO JB ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Bom desempenho da economia no Equador favorece reeleição de Correa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O bom desempenho da economia favoreceu o presidente do Equador, Rafael Correa, que foi reeleito nesse domingo (17) para o terceiro mandato consecutivo. Agora, o maior desafio é garantir a entrada de divisas estrangeiras para sustentar a moeda (o dólar norte-americano) e, ao mesmo tempo, continuar investindo em programas sociais, sem se endividar.

"A economia equatoriana cresceu, em média, 4% ao ano desde que Correa assumiu, em 2007. E este ano deve continuar crescendo", disse o economista Pablo Davalos, em entrevista à Agência Brasil. "O problema é que nossa produção não aumenta tanto quanto o consumo e isso coloca em risco nosso modelo de economia dolarizada. Não podemos esquecer o que aconteceu com a Argentina, que se viu obrigada a abandonar uma década de paridade do peso com o dólar em 2001". Segundo ele, o Equador vai ser obrigado a rever seu modelo em breve.

Os equatorianos ainda se lembram da própria crise de 1999, que resultou no fechamento de 75 dos 100 bancos do país. Na tentativa de salvar as instituições financeiras, o governo decretou o "feriado bancário", congelando depósitos e poupanças, além de desvalorizar o sucre. Sem ter como controlar a inflação, o Equador acabou trocando o sucre pelo dólar norte-americano em 2000.

O medo da instabilidade do passado pesou sobre o segundo candidato presidencial mais votado: o ex-banqueiro Guillermo Lasso. Em 1999, ele foi superministro da Economia do governo de Jamil Mahuad poucos meses depois do "feriado bancário" e passou boa parte da campanha explicando que não era responsável pelo congelamento dos depósitos bancários.

"Correa é responsável pela estabilidade política: de 1996 até a posse dele, em 2007, nenhum presidente terminou

o mandato de quatro anos. Mas o responsável pela estabilidade econômica é o dólar", disse Davalos. Os altos preços das commodities também beneficiaram o Equador, cuja economia depende da venda de produtos primários - principalmente do petróleo, que representa metade das exportações anuais de US\$ 24 bilhões.

Analistas políticos e até mesmo críticos de Correa concordam que ele teve o mérito de rejeitar as receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de promover o crescimento econômico, investindo na inclusão social. A pobreza, que em 1999 afetava 80% da população, foi reduzida para 30% no ano passado. E o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante aumentou de US\$ 1,6 mil para US\$ 5 mil. Ao mesmo tempo, ele aumentou de maneira significativa os gastos em obras de infraestrutura, educação e saúde. Segundo o economista e ex-ministro da Economia de Correa, Fausto Ortiz, falta, no entanto, ao país uma política para atrair investimentos estrangeiros e nacionais, para financiar os gastos públicos.

"Setenta por cento dos investimentos no Equador são do setor público. Temos que ter cuidado para não depender exclusivamente das exportações de petróleo porque qualquer oscilação no preço pode colocar em risco nossa economia dolarizada", disse Ortiz. A adoção do dólar como moeda local também provocou distorções na economia: muitos produtores passaram a importar porque sai mais barato. "Das 500 empresas que temos aqui, 250 estão dedicadas ao comércio", disse Davalos.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Sistema tributário do <u>Brasil</u> acentua desigualdade social, diz estudo do BID		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A maior incidência de impostos sobre os salários e o consumo é apontada como um obstáculo à ascensão social no país

Gustavo Machado

Paradoxo. Esta é a conclusão a que o recém-publicado estudo de José Roberto Afonso sobre a tributação brasileira chegou.

Feito a pedido do Banco Interamericano de **Desenvolvimento** (BID), o documento não expõe apenas a perda de competitividade que o sistema atual impõe ao país, mas também as mazelas sociais que ele acentua.

De acordo com Afonso, que desenvolveu o estudo em parceria com Julia Moraes Soares e Kleber Pacheco de Castro, a principal diferença entre o sistema brasileiro e o de outros países está nas formas de incidência dos tributos. Ele explica que em nações mais desenvolvidas o padrão é a taxação de lucros, renda e patrimônio. No Brasil, o grosso da arrecadação federal tem origem na **produção** e do consumo.

"O nosso sistema não é progressivo. Os impostos indiretos têm maior peso na nossa carga tributária. São tributos que as pessoas não sabem que estão pagando", conta.

O motivo, diz Afonso, está na distância entre as camadas sociais.

"O sistema tributário reproduz a desigualdade econômica, social e política do país. Ele impede o achatamento social." Uma das maiores evidências desta afirmação, diz o economista, está nas constantes reclamações de brasileiros referentes ao valor pago de IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores) e Imposto de Renda.

"Comparados a outros países, o que pagamos sobre renda e patrimônio é muito baixo.

Além disso, os profissionais que são melhor remunerados não são assalariados. Eles possuem empresas abertas e pagam menos imposto sobre a renda por ser uma pessoa jurídica", comenta o economista.

Uma das queixas mais comuns de trabalhadores é o quanto se paga de imposto. A mordida do leão pega pouco mais de 40% da receita de um empregado que recebe de um a cinco salários mínimos.

Neste caso, lamenta Afonso, dificilmente haverá uma solução de curto prazo. "Não é possível reduzir a carga tributária por que o **Brasil** gasta muito. Se não conseguimos diminuir a quantidade, precisamos melhorar a qualidade. Tornar a tributação mais transparente, simples e progressiva. Hoje ela não possui nenhuma destas qualidades", afirma.

Investimentos Contratado para fazer um "manual do sistema tributário brasileiro para estrangeiros", Afonso conta suas dificuldades para colher dados junto à Receita Federal e destrinchar a tributação nacional.

Segundo ele, um dos temas mais relevantes para os investimentos de fora do país são as desonerações fiscais intensificadas pelo **Governo Federal** durante o ano passado.

Nem mesmo com a prometida desoneração da cesta básica o economista acredita que haverá uma redução da carga tributária.

"Uma vez, o governo desonerou o pão. Mas já havia onerado ainda mais o trigo. De que adianta?", questiona.

Oeconomista diz que, durante sua pesquisa, não conseguiu comprovar qualquer renúncia fiscal do governo. "A Receita Federal não sabe quanto arrecada de cada setor", conta. "Eles não possuem uma apuração detalhada.

O governo não faz uma avaliação do resultado das medidas que toma. No caso da desoneração da folha de pagamento, muitas empresas reclamaram que estavam pagando mais do que antes", argumenta.

Ele diz que o **Governo Federal** precisa responder a uma pergunta: se as medidas resultaram no aumento do faturamento, do emprego ou dos salários. "O problema é que ele não tem como responder", afirma.

Outro mal que deixa estrangeiros receosos em investir no Brasil, diz, é a guerra fiscal. "Todos precisam saber o quanto todos pagam. Dois fabricantes de um mesmo produto

podem pagar uma carga tributária diferente devido a incentivos, isenções e a guerra fiscal dos estados.

Qual a segurança disto"?